REINO UNIDO, O GRANDE AUSENTE NO GOLFO PÉRSICO: FIM DA “RELAÇÃO ESPECIAL”?

*Por Daniel Narciso Beamurguia**



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Do legado imperial à crise no Estreito de Ormuz, Londres moldou as tensões do Golfo; hoje, sua ausência e o desgaste militar britânico expõem os limites da aliança com Washington.

INTRODUÇÃO

Na Operação Fúria Épica em 28 de fevereiro de 2026, liderada pelos Estados Unidos e Israel contra o Irã, aconteceu um fato que, na minha avaliação, passou totalmente despercebido pela mídia *mainstream* e por grande parte das redes sociais. A que estou me referindo? A uma grande ausência, ou melhor dito, a um grande ausente. Quem seria? Trata-se de um antigo e tradicional aliado de Washington, uma aliança mais antiga do que a israelense, sobre a qual a mídia corporativa não para de publicar e “informar” hoje sim e amanhã também.

Mas quem falta “participar” desse conflito do Golfo Pérsico? Um aliado que participou com os Estados Unidos da Primeira Guerra Mundial, da Segunda Guerra Mundial, da Guerra da Coreia (1950-53), da Segunda Guerra do Golfo (1990-91), da Guerra da Bósnia

(1995), na Guerra do Kosovo (1999), na Guerra do Afeganistão (2001-21) e da Guerra do Iraque (2003-13). Qual é esse país ausente, que a mídia omite como se nunca tivesse sido aliado dos EUA ou como se nunca tivesse existido? Esse país, que brilha pela ausência nesse teatro de operações, é o Reino Unido.

E o que mais chama a atenção, além do silêncio da mídia, é que o Reino Unido têm muito e demasiado a ver com as causas deste conflito e de outros conflitos da região. Por quê? Porque muitas das monarquias da região do Golfo Pérsico foram antigos protetorados britânicos no século XIX, ou seja, muitos desses conflitos regionais só pioraram com a Primeira Guerra Mundial e a intervenção britânica na Campanha do Sinai e da Palestina (1915-18) e da Mesopotâmia, atual Iraque (1915-18), com tais campanhas culminando em 1918 com a desintegração do Império Otomano, deixando na região as sementes de muitos conflitos que perduram até hoje. Ou seja, os britânicos, junto com os franceses, contribuíram para piorar a instabilidade política na região.

Com a desintegração do Império Otomano, os britânicos e os franceses se beneficiaram mutuamente, dividindo entre eles os espólios desse império e traçando linhas geográficas artificiais no deserto através dos Acordos Sykes-Picot[1] e "inventaram" muitos dos países que existem ainda hoje. O Reino Unido teve muito a ver com os conflitos do século XX nessa região. Então, porquê "desapareceu" justamente agora, apesar de, além de ser um aliado tradicional dos americanos, ser também um membro pleno e fundador da OTAN, da mesma forma que os Estados Unidos?

É precisamente isso o que veremos neste artigo, além de explicar o motivo dessa omissão midiática que não é casual. Mas, para isso, é preciso antes explicar onde se iniciou a presença britânica na região.

INÍCIO DA INFLUÊNCIA BRITÂNICA NO GOLFO PÉRSICO

O século XIX foi o apogeu do Império Britânico, principalmente depois das guerras napoleônicas em 1815. Naquela época o Reino Unido tinha se expandido para vários continentes, tornando-se o império mais extenso do mundo e possuindo, de longe, a supremacia naval em todos os mares, não apenas com sua Marinha Mercante, mas com sua Marinha de Guerra, a Royal Navy. Tinha a indústria mais diversificada, competitiva e avançada do mundo, assim como os bancos mais poderosos da época, com interesses financeiros ao redor de todo o planeta.

1 *O Acordo Sykes-Picot foi um tratado secreto negociado em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial, entre o diplomata britânico Sir Mark Sykes e seu homólogo francês, François Georges-Picot. Posteriormente ratificado pela Rússia e pela Itália, o acordo estabeleceu a divisão das esferas de influência e controle direto do Reino Unido e da França no Oriente Médio, antecipando a derrota e a partilha do Império Otomano. Esse arranjo colonial redesenhou arbitrariamente as fronteiras da região, cujas consequências geopolíticas se estendem até os dias atuais.*

A supremacia naval era facilitada pelo controle de vários pontos estratégicos ao redor do mundo: Gibraltar, Estreito de Malaca, Cabo da Boa Esperança, ilha de Malta, estreito de Bab el-Mandeb e uma presença crescente de protetorados no Golfo Pérsico. Por quê esse interesse britânico no início do século XIX?

Porque isso facilitava o controle das rotas de navegação do Mar Vermelho e do Oceano Índico em direção à Índia, a "joia da coroa britânica". E esse interesse surgiu bem antes da descoberta de petróleo na região.

Como isso aconteceu?



Figura 1: Mapa da Península Arábica em 1900. Em verde, os territórios otomanos e, em vermelho, os territórios britânicos (Reddit/Map Porn).

É preciso mencionar que a presença britânica na região era mais comercial do que militar e territorial. como acabou se tornando na Índia com a Companhia das Índias

Orientais, que depois do século XVIII se transformou em uma conquista territorial clássica muitas vezes disfarçada.

Ao mesmo tempo, no Golfo Pérsico, os britânicos adotaram basicamente uma estratégia comercial e defensiva para impedir que outras potências (holandeses, franceses, portugueses e depois alemães e russos) assumissem o controle das rotas comerciais para a Índia.

Mas esta região do Golfo Pérsico era, desde o século XVI, uma área de disputa de influência entre os impérios Otomano e Safávida (persa). Por isso, no século XVII os ingleses iniciaram uma série de acordos comerciais e alianças com os safávidas, buscando expulsar os portugueses do Estreito de Ormuz e assim o fizeram. Como se vê, a presença britânica é mais antiga do que se imagina, e têm muito a ver com todos os conflitos.

Por isso, a expansão britânica e a reação de otomanos e persas podem ser divididas em vários períodos:

1. O início comercial (séculos XVII-XVIII): A Companhia Britânica das Índias Orientais (*East India Company*, EIC) entrou no Golfo Pérsico com o pretexto de expulsar os portugueses, que controlavam o Estreito de Ormuz. Em 1622, os ingleses se aliaram aos persas para tomar a ilha de Ormuz, estabelecendo feitorias comerciais em Bandar Abbas (Pérsia) e Basra (atual Iraque).

2. A "Costa dos Piratas" e os Tratados da Trégua (século XIX): Nesse período, a dominação britânica na Índia estava em plena expansão e consolidação, garantindo ao Império Britânico o controle hegemônico sobre o subcontinente indiano. Precisamente por isso, Londres necessitava consolidar o controle efetivo das rotas de navegação, e o Golfo Pérsico era uma peça imprescindível para esse objetivo.

O Império Britânico possuía a marinha de guerra mais poderosa do mundo, a Royal Navy, para assegurar essa supremacia regional. Contudo, de nada adianta uma marinha forte sem a ocupação de posições estratégicas ou portos-chave em terra firme que garantissem a logística comercial e militar.

Os navios comerciais britânicos sofriam ataques de piratas no Golfo, liderados pela confederação Qawassim[2] (território dos atuais Emirados Árabes Unidos). Essa coalizão de chefes tribais árabes serviu em bandeja o pretexto que os britânicos tanto esperavam:

2 *A Confederação Qawassim era uma poderosa aliança tribal e marítima árabe que dominou o baixo Golfo Pérsico e o Estreito de Ormuz no século XVIII e início do XIX. Suas bases eram Ras al-Khaimah e Sharjah (atuais Emirados) e a costa persa em Bandar Lengeh. Na historiografia colonial britânica, eram pejorativamente chamados de "Costa dos Piratas", rótulo que foi usado pela Companhia das Índias Orientais para justificar a sua intervenção.*

o “combate à pirataria no Golfo Pérsico”. Como os otomanos não mantinham presença militar marítima efetiva e a Pérsia estava mergulhada em um período de debilidade política interna, alguém precisava agir para defender a “livre navegação” no Estreito de Ormuz, e foi exatamente isso que fizeram.

Como veremos ao longo deste artigo, o problema na região não é nada novo.

Em 1819, a Marinha Real Britânica lançou uma expedição punitiva, destruindo a frota Qawassim em Ras al-Khaimah.

3. O Sistema de Protetorados (1820-1916): Em vez de colonizar diretamente os desertos, uma empreitada cara e inviável do ponto de vista político e econômico na época, os britânicos adotaram uma alternativa mais prática. Respaldados por sua superioridade naval, econômica e tecnológica, impuseram uma série de acordos aos xeques locais (Bahrein, Kuwait, Omã, Catar e os Estados da Trégua, atuais Emirados Árabes Unidos). Esses acordos dividem-se em duas fases principais:

a. Tratado Geral de Paz (1820) e Tratado de Trégua Marítima Perpétua (1853): Pelo primeiro tratado, em 1820, os britânicos obrigaram os xeques locais a entregar suas embarcações de guerra à Royal Navy e a aceitar a supervisão naval britânica. Uma vez garantida a supremacia naval na região, Londres firmou, a partir de 1835, uma série de acordos com o objetivo de extinguir as guerras tribais navais que dificultavam o comércio. Inicialmente, estabeleceram-se tréguas sazonais durante a época da pesca de pérolas (principal atividade econômica local), culminando no Tratado de Trégua Marítima Perpétua de 1853. A partir de então, a região passou a ser conhecida como Estados da Trégua (*Trucial States*). Dessa maneira, passo a passo, a Royal Navy consolidou-se como a “polícia marítima” do Golfo Pérsico, arbitrando qualquer disputa entre os xeques.

b. Acordos Exclusivos (1880-1916): Com a chegada de potências rivais, como o Império Otomano, a França, a Rússia e a Alemanha, Londres passou a blindar juridicamente sua hegemonia na região. Para isso, assinou tratados secretos e “exclusivos” com o Bahrein (1880 e 1892), os Estados da Trégua (1892), o Kuwait (1899) e o Catar (1916). Por meio desses acordos, os xeques abdicaram de sua política externa: estavam proibidos de vender, alugar ou ceder terras, bem como de receber representantes de qualquer outro país sem o consentimento britânico. Esses acordos consistiam em uma troca assimétrica de soberania por segurança. Não é por acaso que essa política possui reflexos diretos até os dias atuais. Foi assim que se estabeleceram os protetorados britânicos, dando origem às atuais monarquias do Golfo. Basta, na contemporaneidade, substituir o Reino Unido pelos Estados Unidos para compreender a continuidade dessa dinâmica geopolítica.

c. A figura do "Residente Político" e o apoio dinástico: O sistema era administrado por um oficial britânico, inicialmente baseado em Bushehr (na costa persa) e posteriormente no Bahrein, intitulado Residente Político do Golfo Pérsico. Em troca da submissão política, o Reino Unido garantia "proteção militar" aos xeques, resguardando-os tanto de invasores externos quanto de revoltas internas. Tal arranjo consolidou essas famílias no poder, muitas das quais permanecem no comando até os dias atuais. Foi precisamente neste período, muito antes dos Acordos Sykes-Picot, que se estruturaram os protetorados britânicos que deram origem às atuais monarquias da região. Não se trata de uma coincidência, mas de um projeto geopolítico deliberado. Foi nesta época que foram lançadas as bases dos futuros conflitos regionais, atribuindo ao Reino Unido uma responsabilidade histórica direta na gênese de muitas dessas tensões. Exemplos emblemáticos incluem as dinastias Al Sabah, no Kuwait; Al Khalifa, no Bahrein; Al Thani, no Catar; e Al Nahyan e Al Maktoum, nos Emirados Árabes Unidos.

d. Autonomia Interna: Nos protetorados, os xeques mantinham autonomia nos assuntos internos, incluindo a aplicação da justiça islâmica (*Sharia*), a cobrança de impostos locais, a preservação dos costumes tribais e a administração cotidiana.

e. Controle Marítimo e Policial: A Royal Navy não detinha apenas o monopólio da segurança marítima, mas também atuava na repressão e proibição do tráfico de escravos, de conflitos navais e da pirataria. Qualquer disputa entre os xeques era arbitrada e punida pelas autoridades britânicas.

f. Jurisdição Extraterritorial: Cidadãos britânicos e súditos do Império (como os comerciantes indianos residentes no Golfo) estavam isentos da jurisdição dos tribunais locais, sendo julgados exclusivamente por tribunais consulares britânicos.

g. Proibição de Alienação de Terras: Os xeques locais estavam proibidos de vender, alugar, hipotecar ou ceder qualquer parte de seus territórios a governos ou empresas estrangeiras sem a autorização expressa de Londres. Posteriormente, essa cláusula tornar-se-ia uma peça fundamental para garantir que apenas empresas petrolíferas britânicas obtivessem concessões em regime de exclusividade nessas regiões.

Esses arranjos permitiram a Londres controlar estrategicamente toda a região com um custo administrativo e militar mínimo. Esse sistema manteve-se praticamente intacto até 1971, quando os britânicos decidiram retirar suas forças do Golfo, e esses protetorados transformaram-se nas monarquias que conhecemos hoje.

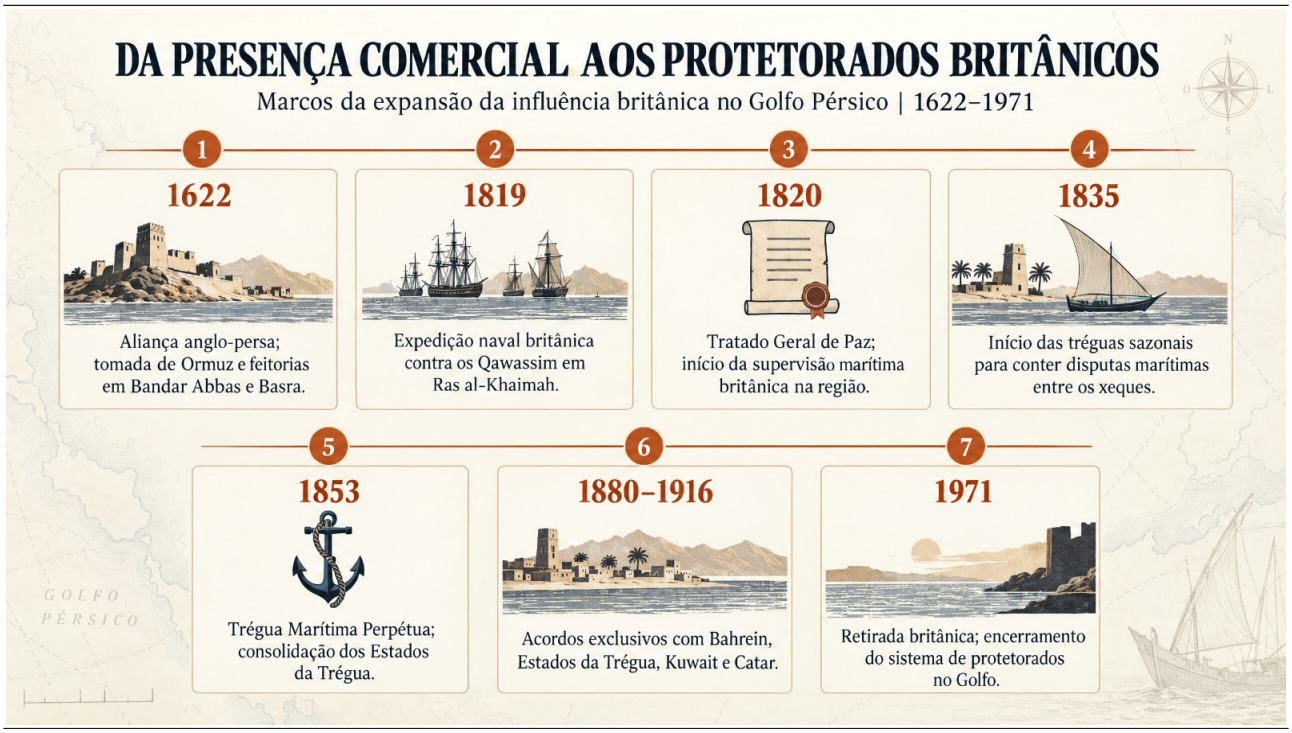


Figura 2: A cronologia destaca a passagem da presença comercial britânica à consolidação de acordos de tutela e à retirada do Reino Unido do Golfo (imagem gerada com apoio de inteligência artificial).

É fundamental, neste contexto, analisar o papel de outra potência regional: o Império Otomano. No auge de seu poder, a partir do século XVI, os otomanos sempre reivindicaram e exerceram a soberania histórica como herdeiros do Califado, mantendo o controle hegemônico da Mesopotâmia (atual Iraque) e da costa do Golfo, disputado apenas pelo Império Safávida.

Contudo, entre o final do século XVIII e o início do XIX, o império já se encontrava em franca decadência. Embora conservasse a ocupação da Mesopotâmia, sua autoridade real era frágil e, no restante do Golfo, seu poder era permanentemente bloqueado pela supremacia naval e econômica britânica.

Isso levou o Império Otomano, no final do século XIX, a alinhar-se com o Império Alemão. Tal movimento representava uma grave ameaça aos interesses britânicos, uma vez que os otomanos haviam recuperado territórios e influência desde 1870 no oeste da Arábia Saudita e em Áden, criando um *Sanjak* (distrito administrativo) em Najd. Além disso, avançaram pela costa leste da Península Arábica e estabeleceram uma guarnição militar no Catar.

Essa expansão motivou o Reino Unido a firmar um acordo secreto com o xeique da dinastia Al Sabah em 1899, instituindo o Emirado do Kuwait como protetorado britânico. O objetivo era duplo: impedir a anexação otomana a partir da fronteira mesopotâmica e bloquear a construção da Ferrovia Berlim-Bagdá, que ameaçava diretamente os interesses imperiais britânicos na região.

Não apenas o domínio otomano se debilitou na região, mas a histórica influência persa também perdeu força no Golfo. A decadência simultânea de ambas as potências criou o vácuo de poder que possibilitou a expansão britânica.

Passemos agora a uma análise da situação da Pérsia, a fim de compreender melhor o contexto regional.

SITUAÇÃO DA PÉRSIA NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Um dos principais motivos da expansão e da hegemonia britânica na região foi a fragilidade interna da Pérsia, a qual atravessava um período de profunda anarquia. O atual Irã, após o fim da dinastia Safávida em 1736, enfrentou uma sucessão de guerras civis, invasões estrangeiras e estagnação econômica. Ao longo desses dois séculos, quatro dinastias governaram a Pérsia:

1. Dinastia Safávida (1501-1736): Representou o auge do império persa nos séculos XVI e XVII. Entrou em colapso no século XVIII devido à corrupção interna, às invasões afegãs (como o saque de Isfahã, em 1722) e aos ataques simultâneos de otomanos e russos.

2. Dinastia Afshárida (1736-1796): Fundada por Nader Shah, considerado o "Napoleão da Pérsia". Ele expulsou os invasores afegãos, reorganizou o Exército e invadiu a Índia (saqueando Delhi em 1739). Após o seu assassinato, em 1747, a Pérsia mergulhou novamente em uma fase de caos e anarquia interna, fragmentando-se.

3. Dinastia Zand (1751-1794): Esta efêmera dinastia foi estabelecida por Karim Khan Zand, que governou a partir de Xiraz (Shiraz). Trouxe um breve período de paz, reconstrução e prosperidade ao sul da Pérsia, chegando a recusar o título de Xá. Após a sua morte, seus sucessores envolveram-se em diversas guerras civis.

4. Dinastia Qajar (1789-1925): De origem turcomana, esta dinastia reunificou a Pérsia, transferiu a capital para Teerã e governou durante todo o século XIX. No entanto, foi também o período de maior decadência, marcado por governantes absolutistas que se mantinham no poder com apoio britânico. Isso mergulhou a Pérsia em um grave endividamento financeiro, levando-a a perder sua autonomia interna. O país ficou sujeito às pressões britânicas no Golfo Pérsico e aos avanços russos no Mar Cáspio e no Cáucaso. Dessa forma, a Pérsia entrou em um dos piores períodos de sua história, tornando-se incapaz de modernizar seu Exército e sua economia.

Como consequência, a Pérsia foi obrigada a renunciar às suas reivindicações sobre o Afeganistão em 1857. A dinastia Qajar tornou-se, assim, uma mera peça no tabuleiro do "Grande Jogo", a célebre disputa geopolítica entre o Império Russo e o Império Britânico.

Os britânicos aproveitaram ao máximo essa debilidade interna. Valendo-se do endividamento crônico dos Qajar com instituições financeiras britânicas, Londres obteve concessões econômicas abusivas, garantindo monopólios sobre setores vitais como o tabaco e os telégrafos.

Contudo, o monopólio britânico mais lucrativo e estratégico de todos ainda estava por vir: a concessão petrolífera de 1901.

Este evento se tornaria, de fato, uma das causas centrais das disputas de poder geopolítico nos séculos XX e XXI. É exatamente isso que explicaremos a seguir.

A ERA DO PETRÓLEO NO GOLFO PÉRSICO

Foi na Pérsia (atual Irã) que o petróleo foi descoberto em escala comercial pela primeira vez em todo o Oriente Médio[3]. A descoberta ocorreu em 26 de maio de 1908, em Masjed Soleyman, na província de Khuzistão, atual sudoeste iraniano. A prospecção foi conduzida pela equipe do engenheiro britânico George Bernard Reynolds, sob a concessão obtida pelo também britânico William Knox D'Arcy, e deu origem à Anglo-Persian Oil Company (APOC), atual British Petroleum (BP).

Em contrapartida, na margem árabe do Golfo Pérsico, a primeira descoberta ocorreu apenas duas décadas depois, em 1932, no Bahrein. Esse marco abriu caminho para a corrida petrolífera entre empresas britânicas e americanas, que revelariam as megajazidas do Kuwait e da Arábia Saudita em 1938.

O atraso na exploração do lado árabe do Golfo deveu-se a uma percepção equivocada do mercado. Após 1908, a maioria das empresas petrolíferas acreditava que a margem árabe (Arábia Saudita, Catar, Kuwait, Bahrein e Emirados) não dispunha de reservas em quantidade viável para exploração em grande escala. Essa visão só seria revertida com a descoberta de 1932, no Bahrein. As petroleiras britânicas, em particular, relutavam em assumir tais riscos, uma vez que a extração na Pérsia mostrava-se extremamente fácil e rentável.

Em termos práticos, antes da Primeira Guerra Mundial, a Pérsia era a única fonte de petróleo de relevância estratégica no Oriente Médio.

---

3 *A existência do petróleo era conhecida na região do Golfo Pérsico e da Mesopotâmia há pelo menos 5.000 anos, uma vez que o petróleo e o gás natural afloravam espontaneamente do solo em centenas de pontos, formando lagos de betume (asfalto natural) e chamas eternas. Por volta de 3.000 a.C., sumérios e babilônios já utilizavam o betume como argamassa na construção civil e para calafetar embarcações. Nos séculos VIII e IX, alquimistas árabes e persas, como Abu Bakr al-Razi, destilavam o óleo cru (naft) em alambiques para produzir querosene destinado à iluminação e compostos incendiários de uso militar. O betume também foi amplamente empregado na pavimentação de Bagdá.*

A expansão russa no Cáucaso e na Ásia Central, impulsionada pela descoberta de petróleo em Baku, no atual Azerbaijão, somada ao aumento da influência alemã no Império Otomano (especialmente na Mesopotâmia e na Palestina), forçou os britânicos a consolidarem o controle sobre a exploração petrolífera persa. O Reino Unido tinha como objetivo estratégico dominar a maioria das reservas globais para negar o acesso a seus competidores e inimigos (as Potências Centrais), uma manobra que se revelaria de valor inestimável durante a Primeira Guerra Mundial.

Pouco antes do início do conflito, em 1913, e enfraquecido pela perda de posições nos Balcãs e na Líbia (1912), o Império Otomano negociou com Londres a Convenção Anglo-Otomana de 1913. O acordo estabelecia a demarcação de áreas de influência, com os otomanos reconhecendo a autonomia do Kuwait, do Bahrein, do Catar e dos Estados da Trégua, todos sob tutela britânica.

Contudo, a eclosão da guerra em 1914 invalidou a ratificação do tratado e selou o fim definitivo da presença otomana no Golfo Pérsico.

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Esse conflito marcou a consolidação definitiva da hegemonia britânica na região por três motivos principais:

1. A Campanha da Mesopotâmia (1915-1918): A vitória militar britânica no atual Iraque marcou o fim da dominação otomana no território. Por meio dos Mandatos da Sociedade das Nações (antecessora da ONU), foi criado o Reino do Iraque em 1920[4]. O novo Estado seria governado pelo rei Faisal I, da dinastia Hachemita, sob estrita tutela britânica.

2. O Tratado Anglo-Catari de 1916: Por meio desse acordo, consolidou-se a influência britânica na península, resultando na expulsão definitiva da guarnição militar otomana do Catar.

3. A Invasão da Pérsia: Apesar de o governo Qajar ter declarado neutralidade em 1914, a Pérsia foi invadida pelos russos pelo norte (via Cáucaso e Mar Cáspio) e pelos britânicos pelo sul (via Golfo Pérsico). O pretexto era "proteger" o complexo de refinarias de Abadan, da Anglo-Persian Oil Company. O objetivo real era impedir que otomanos e alemães se apoderassem dessas estratégicas reservas petrolíferas.

A Revolução Russa de 1917 fez com que a Rússia perdesse sua influência no norte da Pérsia. Como consequência, o Reino Unido estabeleceu um protetorado *de facto* sobre o país por meio do Acordo Anglo-Persa de 1919.

4 *Esta monarquia tutelada pelos britânicos duraria até 1958, sendo derrubada por um golpe militar nacionalista. Foi mais um exemplo da perda da influência britânica depois da Segunda Guerra Mundial.*

No entanto, essa ocupação britânica era extremamente impopular e enfrentou forte resistência da população local. Tal plano tornou-se insustentável, tanto do ponto de vista militar quanto financeiro, devido à crescente resistência nacionalista persa e ao golpe de Estado liderado por Reza Khan, que deu origem à dinastia Pahlavi.

Em um plano macroeconômico, a Primeira Guerra Mundial alterou radicalmente a geopolítica global. O Reino Unido iniciou o conflito como o principal credor mundial, mas encerrou-o como o maior devedor financeiro dos Estados Unidos. Estes, por sua vez, emergiram como a nova potência credora hegemônica do planeta. O dólar americano começou, então, a substituir a libra esterlina como moeda de reserva global. Esse desequilíbrio de poder passaria a se refletir diretamente na região do Golfo Pérsico nas décadas seguintes.



Figura 3: Região do Golfo Pérsico depois da Primeira Guerra Mundial e dos Mandatos da Liga das Nações 1919 (Map Archive).

AS PETROLEIRAS AMERICANAS NO GOLFO PÉRSICO

As empresas petrolíferas americanas começaram a ingressar na região após 1920, enfrentando grandes dificuldades políticas. Como visto anteriormente, os britânicos detinham o monopólio quase absoluto da exploração petrolífera no Golfo, concentrado majoritariamente na Pérsia e controlado pela Anglo-Persian Oil Company em Abadan.

Os britânicos haviam se aproveitado do colapso do Império Otomano para estabelecer protetorados (Iraque e Transjordânia) e consolidar sua influência em territórios que já controlavam (Kuwait, Catar, Bahrein, Estados da Trégua e Omã). No Iraque, essa hegemonia era exercida principalmente por meio da Turkish Petroleum Company (posteriormente renomeada Iraq Petroleum Company, IPC).

Diante desse cenário, o governo americano começou a exercer pressão, ameaçando barrar as empresas petrolíferas britânicas que operavam nos Estados Unidos caso não permitissem a entrada de companhias americanas no Golfo Pérsico. Como resultado, em 1928, o Reino Unido foi forçado a ceder uma participação significativa (cerca de 25%) na IPC a consórcios americanos.

A verdadeira virada para as petrolíferas americanas ocorreu na Arábia Saudita. Em 1933, enfrentando uma grave crise econômica, o rei Abdulaziz ibn Saud decidiu negociar com a Standard Oil of California (Chevron) uma concessão exclusiva para explorar o leste do país (Al-Hasa). Cercado por protetorados britânicos, Ibn Saud preferiu negociar com os americanos, que dispunham de maiores recursos financeiros e infraestrutura para a exploração de risco na região, uma área na qual os britânicos eram reativos a investir, dado o seu monopólio já consolidado na Pérsia.

Em 1938, após a histórica descoberta do poço Dammam No. 7, e para facilitar o escoamento da produção, a Standard Oil of California (Chevron) uniu-se à Standard Oil of New Jersey (Exxon) e à Standard Oil of New York (Socony/Mobil), formando a ARAMCO (Arabian American Oil Company). Esta se tornaria a maior produtora de petróleo do mundo e o pilar da aliança estratégica entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita, vigente até os dias atuais.

No Kuwait, devido às pressões do governo americano sobre o Reino Unido, a petrolífera americana Gulf Oil criou uma *joint venture* com a britânica Anglo-Persian Oil Company (BP), formando a Kuwait Oil Company (KOC).

Embora o Reino Unido ainda detivesse o controle político e militar do Golfo Pérsico (por meio dos tratados de protetorado e da Royal Navy), os Estados Unidos, em contrapartida, possuíam o capital, o ouro e a tecnologia necessários para a extração petrolífera em larga

escala. Com o tempo, esse poderio econômico acabou por superar o arranjo colonial britânico.

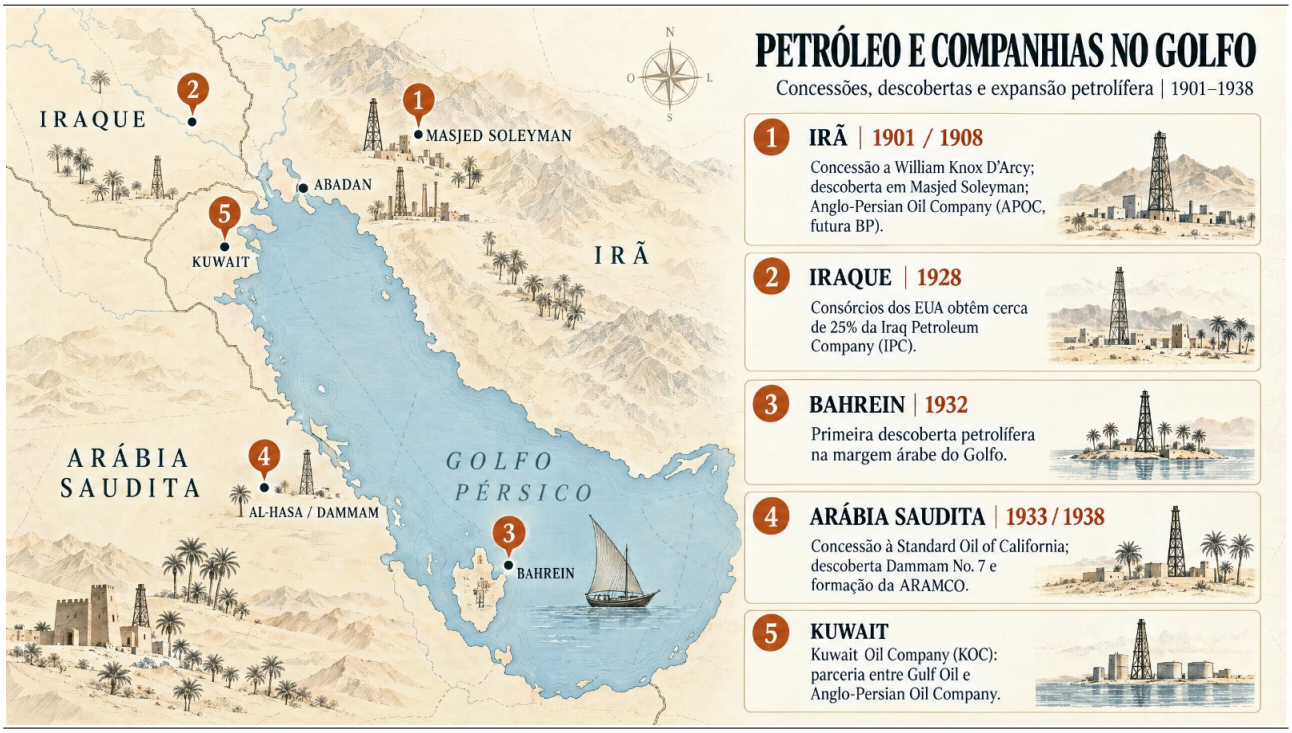


Figura 4: Mapa das principais descobertas, concessões e companhias petrolíferas mencionadas no texto, entre 1901 e 1938 (imagem gerada com apoio de inteligência artificial).

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Este conflito também motivou a necessidade dos Aliados de garantirem o controle dos recursos petrolíferos na região, impedindo que as potências do Eixo se apoderassem deles. A invasão da União Soviética pela Alemanha e seus aliados, em 1941, forneceu o pretexto definitivo para que britânicos e soviéticos invadissem o Irã. O objetivo estratégico era garantir uma rota segura e contínua para o envio de suprimentos militares americanos e britânicos, por meio do programa Lend-Lease (Lei de Empréstimo e Arrendamento), ao Exército Vermelho. O território iraniano representava o corredor logístico mais viável para essa missão.

Em agosto de 1941, britânicos e soviéticos deram início à Operação Countenance (Postura), com o apoio logístico dos Estados Unidos, ignorando a declaração de neutralidade do xá da época, Reza Shah Pahlavi. As forças britânicas invadiram pelo sul, enquanto as soviéticas avançaram pelo norte, ocupando militarmente o país e estabelecendo o chamado "Corredor Persa". O pretexto oficial dos Aliados era a suposta simpatia do governo iraniano pela Alemanha, justificada pela recusa de Teerã em expulsar os cidadãos alemães residentes no país.

No entanto, o uso intensivo da infraestrutura iraniana (estradas e ferrovias) para o transporte de armamentos desencadeou uma catástrofe humanitária. O desvio de recursos gerou escassez de alimentos, inflação descontrolada e fome generalizada, ocasionando a morte de dezenas de milhares de civis iranianos.

Sob forte imposição dos Aliados, o xá Reza Shah Pahlavi foi forçado a abdicar em favor de seu filho, Mohammad Reza Pahlavi.

Esses acontecimentos deixaram cicatrizes profundas na memória coletiva iraniana, reforçando a percepção de que o país era tratado pelas potências ocidentais e pela URSS como um mero quintal geopolítico, sem direito à própria autodeterminação.

HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS – A ERA DO PETRODÓLAR

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidaram-se como superpotência mundial, e esse deslocamento do eixo de poder atingiria inevitavelmente o Golfo Pérsico. E de fato, atingiu.

Em 1951, no Irã, o governo nacionalista de Mohammad Mossadegh, apoiado por uma maioria no Parlamento Iraniano (*Majlis*), decidiu pela nacionalização do petróleo. A medida anulou as concessões feitas à Anglo-Persian Oil Company e resultou na expulsão dos técnicos britânicos do país.

No início da década de 1950, o Império Britânico era uma potência esgotada pela Segunda Guerra Mundial, falida financeiramente e em processo de descolonização, tendo perdido territórios como a Índia (1947) e a Palestina (1948). Sem capacidade militar ou diplomática para conter o nacionalismo iraniano por conta própria, Londres enfrentava um impasse.

Diante da incapacidade do Reino Unido de intervir militarmente no Irã isoladamente (estava envolvido simultaneamente nas guerras da Coreia e da Malásia), optou-se por um bloqueio naval e um embargo comercial. Embora essa medida tenha provocado uma asfixia financeira no Irã, não foi suficiente para derrubar o governo de Mossadegh.

Em 1953, sob a liderança dos Estados Unidos, a CIA executou a Operação Ajax, com o MI6 (inteligência britânica) como coadjuvante. Por meio de um golpe de Estado, o governo Mossadegh foi deposto e o poder foi restituído ao Xá Mohammad Reza Pahlavi.

O Xá foi forçado a assinar acordos de concessão em 1954, nos quais se mantinham as aparências de que o Estado iraniano era proprietário dos recursos e os cedia em

“concessão”[5] às empresas petrolíferas, que supostamente repartiriam os lucros em 50/50 com o governo. Na prática, porém, após o desconto dos custos de produção, o Irã recebia pouco mais de 30% da receita.

O surgimento do nacionalismo iraniano não foi um acaso; ali residem muitas das causas profundas da Revolução Islâmica de 1979.

Esse episódio selou definitivamente a passagem do bastão imperial do Reino Unido para os Estados Unidos. Embora os britânicos tenham participado da operação para salvar seu monopólio, foram forçados a ceder 40% do petróleo iraniano aos americanos, reconhecendo que não comandavam mais o Oriente Médio sozinhos.

Com a retirada caótica de Áden (Iêmen) em 1967 e a inviabilidade financeira e militar de continuar protegendo as monarquias do Golfo Pérsico, o Reino Unido iniciou, a partir de 1968, as negociações para a independência política desses protetorados. Esse processo concretizou-se em 1971, com a formação dos atuais Estados do Kuwait, Catar, Bahrein, Emirados Árabes Unidos e Omã.

A partir de então, os Estados Unidos passaram a armar militarmente o Irã e a Arábia Saudita, substituindo a anterior presença militar britânica na região.

Em 1973, o Xá Mohammad Reza Pahlavi modificou os Acordos de Consórcio de 1954, substituindo-os pelos Acordos de Venda e Compra. Dessa maneira, criou-se a empresa estatal iraniana de petróleo (NIOC), que assumiu o controle operacional direto de todos os campos, refinarias, oleodutos, bem como das decisões de produção e preços. As empresas americanas e europeias deixaram de ser operadoras ou sócias na extração, passando a atuar como clientes privilegiados e prestadoras de serviços técnicos (por meio de uma entidade chamada OSCO). Elas mantinham o direito garantido de comprar a maior parte do petróleo extraído pela NIOC, com um pequeno desconto, por um prazo de 20 anos.

Apesar da redução de seu poder, as petrolíferas americanas e europeias continuaram comprando a maior parte do petróleo iraniano e mantendo milhares de técnicos e engenheiros no país[6].

---

5 *O Acordo do Consórcio de 1954 reestruturou a exploração petrolífera no Irã, diluindo o antigo monopólio britânico. A nova divisão de concessões estabeleceu uma fatia de 40% para a British Petroleum (antiga AIOC) e outros 40% para um consórcio de cinco majors americanas (Exxon, Mobil, Gulf Oil, Texaco e Chevron, com 8% cada). O restante foi distribuído entre a Royal Dutch Shell (14%) e a francesa Compagnie Française des Pétroles (CFP, 6%). Em contrapartida, a BP recebeu uma vultosa indenização do governo iraniano pela redução drástica de sua participação, que caiu de 100% para 40% em relação ao período anterior à crise de Mossadegh.*

6 *Em 1954, o Xá Mohammad Reza Pahlavi detinha uma margem de manobra política extremamente limitada, o que o obrigou a aceitar concessões desfavoráveis ao Estado iraniano. Contudo, em 1973, o cenário geopolítico havia se transformado radicalmente. O desgaste estratégico dos Estados Unidos no Vietnã, somado ao choque petrolífero*

Contudo, em fevereiro de 1979, com a Revolução Islâmica e a deposição do Xá Mohammad Reza Pahlavi, o novo governo revolucionário cancelou unilateralmente o acordo de 1973, expulsando todos os técnicos e engenheiros estrangeiros do país. A partir de então, agravada pela crise dos reféns na Embaixada dos EUA em Teerã, ocorreu a ruptura das relações diplomáticas entre o Irã e os países da Comunidade Econômica Europeia (atual União Europeia) e os Estados Unidos. Como consequência, impôs-se uma série de sanções financeiras e embargos comerciais que se prolongam até hoje.

Apesar de décadas de sanções econômicas, cuja finalidade é provocar a asfixia financeira do Irã e, consequentemente, a queda do regime, essas medidas, embora tenham gerado enormes problemas internos, não conseguiram derrubar o governo iraniano até o momento.

Nos conflitos da Segunda Guerra do Golfo (1990-1991), na Guerra do Afeganistão (2001-2021) e na Guerra do Iraque (2003-2011), os britânicos intervieram ao lado dos Estados Unidos, embora em um papel coadjuvante. No entanto, no conflito com o Irã (agora denominado Terceira Guerra do Golfo), iniciado pelos Estados Unidos e por Israel em 28 de fevereiro deste ano por meio da Operação Fúria Épica, sob o pretexto da destruição de supostas "armas nucleares" iranianas, o resultado foi catastrófico para os americanos. Obviamente, nem a mídia ocidental nem a administração Trump podem admitir isso publicamente. O regime iraniano não apenas permaneceu no poder, como a maioria da população deixou de lado suas diferenças internas e se uniu em sua defesa. Mais do que isso, o Irã contra-atacou as bases americanas no Golfo, inutilizando-as de tal modo que deixaram a Marinha dos EUA sem suporte logístico pela primeira vez desde 1942.

Contudo, falta "alguém" neste cenário. E esse alguém não é um aliado regional qualquer dos Estados Unidos; pelo contrário. Trata-se de um "aliado tradicional" que misteriosamente "desapareceu" literalmente deste cenário bélico. Quase todos os conflitos desta região carregam inexoravelmente as digitais e as pegadas desse aliado tão "especial". Apesar disso, ele está totalmente ausente, como se não tivesse qualquer relação com os eventos atuais, quando, na verdade, ao longo deste artigo, descobrimos que ele tem relação direta com as causas de todos eles.

O mais chamativo é o silêncio da mídia corporativa ocidental, que age como se esse aliado nunca tivesse existido ou atuado no Golfo, o que beira o ridículo. Perante essa grande ausência, fala-se apenas de Israel que, embora seja o aliado regional estratégico mais

---

desencadeado pela Guerra do Yom Kippur, alterou profundamente a correlação de forças na região. O Xá, agora em posição de força, utilizou essa alavancagem para renegociar os termos da exploração e afirmar a soberania nacional sobre os recursos. A partir de então, as relações com o Ocidente entraram em um processo de deterioração irreversível, marcando um afastamento progressivo e desconfiado. O nacionalismo iraniano, portanto, não foi um fenômeno espontâneo, mas o resultado inevitável e acumulado de décadas de subjugação e exploração econômica.

importante dos Estados Unidos desde 1948, não preenche esse vazio. Essa “grande ausência” é visível. Mas por quê? É o que veremos a seguir.

O GRANDE AUSENTE DO GOLFO PÉRSICO

Ao se iniciar a Operação Fúria Épica, tanto Trump quanto Netanyahu acreditavam que o Irã cederia rapidamente às suas exigências, ou que a situação política interna levaria ao colapso do regime, permitindo que EUA e Israel instalassem um governo mais submisso aos seus interesses.

Como se observa, nada disso ocorreu. O que parecia ser um conflito fácil e breve já se estende por mais de oito meses.

Como é tradição na geopolítica, nenhuma grande potência consulta seus “aliados” sobre suas ações em determinada região. Os Estados Unidos não são a exceção, mas sim a confirmação dessa regra. Washington não consultou a OTAN sobre suas intenções ou ações no Irã.

Assim, quando a operação não saiu conforme o planejado, Trump “lembrou-se” do antigo e tradicional aliado dos Estados Unidos, com quem participou de tantas guerras: o Reino Unido. Como se nada estivesse ocorrendo e tudo fosse “normal”, solicitou aos britânicos que “colaborassem” com os EUA fornecendo “apoio naval” no Estreito de Ormuz, uma região que, afinal de contas, os britânicos conhecem “demais” há vários séculos.

Eis a surpresa: o Reino Unido negou-se a participar. E Londres não está sozinho nessa recusa: os demais países membros da OTAN também não enviaram uma única embarcação para o Golfo Pérsico.

A mídia silencia sobre esse fato como se fosse a situação mais normal do mundo. No entanto, na Segunda Guerra do Golfo (1990-1991), no Afeganistão (2001-2021) e no Iraque (2003-2011), a OTAN participou em pleno. Principalmente no Afeganistão, onde os aliados europeus se dedicaram quase em sua totalidade a “combater o terrorismo”, com o Reino Unido atuando de maneira proeminente ao seu lado. Por que, então, essa recusa agora? A mídia e a maioria das redes sociais nada dizem a respeito. Mas isso tem causas claras:

1. Guerra da Ucrânia: Nos conflitos anteriores, este teatro de operações não estava no estágio atual (pós-2022), mas sim em um formato de guerra civil (2014-2022), que a mídia ignorava ou tratava com conivência. Contudo, desde 2022, o conflito comprometeu profundamente todos os recursos militares, logísticos e financeiros dos membros europeus da OTAN. Esses recursos são direcionados para sustentar o regime de Kiev em seu esforço de guerra contra a Rússia, evitando seu colapso. Isso deixou os aliados

atlantistas financeira e logisticamente exauridos, sem margem de manobra para intervir em outro conflito, muito menos no Golfo Pérsico contra o Irã.

2. Esgotamento Logístico: A guerra na Ucrânia se prolonga além do previsto, tanto para a Rússia quanto para a OTAN. Isso ocasionou uma escassez crítica de material para os aliados. O conflito no Golfo agravou essa situação, pois os Estados Unidos deslocaram e consumiram grande parte de seus estoques de mísseis antiaéreos, balísticos e de cruzeiro para combater os contra-ataques assimétricos do Irã. Consequentemente, restou quase nada de armamento e munição para enviar à Ucrânia, prejudicando tremendamente Kiev, um fato grotesco e evidente que a mídia se recusa a mencionar ou analisar.

3. Bloqueio do Estreito de Ormuz: Antes do início da Operação Fúria Épica, o estreito era absolutamente navegável para todas as embarcações. Após 28 de fevereiro de 2026, o cenário mudou drasticamente para pior. Como a operação foi um rotundo fracasso em seus planos originais, o bloqueio imposto pelos iranianos encareceu inevitavelmente o preço internacional do petróleo e de seus derivados. Além disso, aumentaram os custos de fretes e seguros marítimos, obrigando as embarcações a percorrer rotas alternativas muito mais longas e dispendiosas. Tudo isso prejudica severamente a economia mundial, e os aliados europeus da OTAN sentem esse impacto de forma ainda mais aguda.

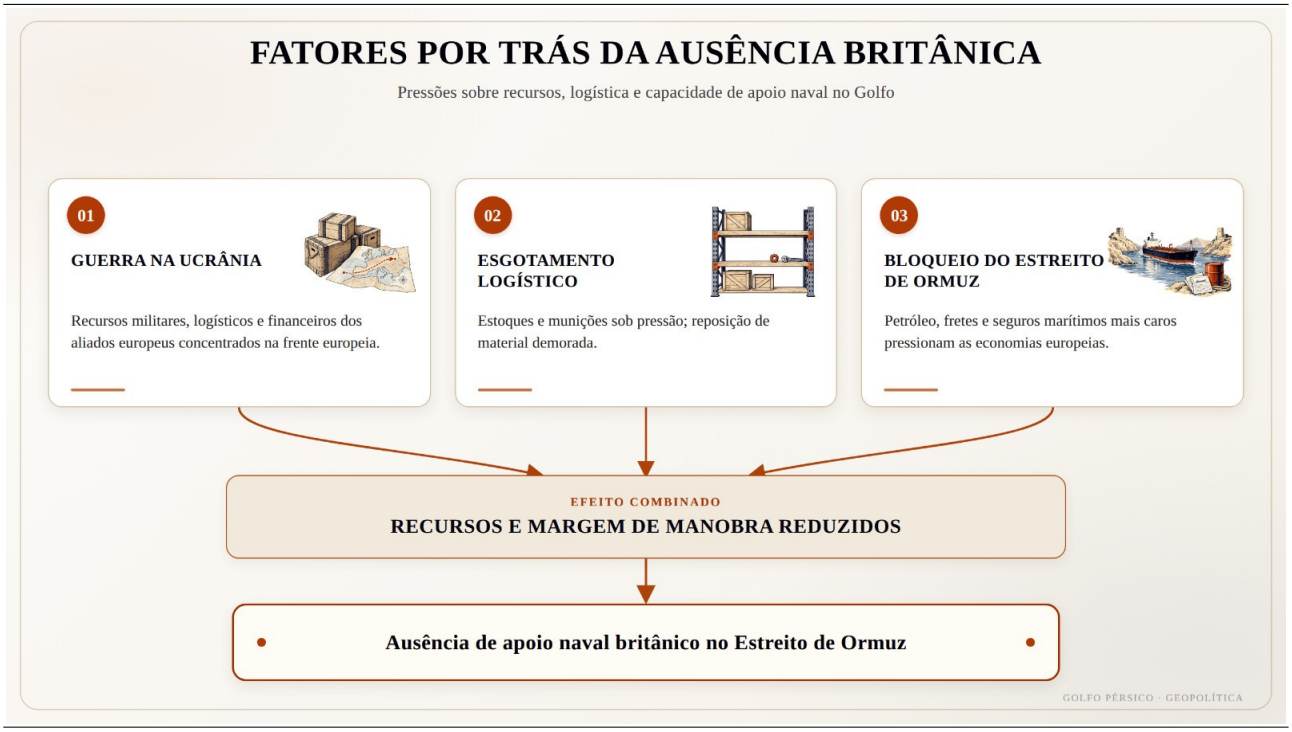


Figura 5: Guerra na Ucrânia, desgaste logístico e bloqueio de Ormuz: três pressões que reduziram a margem operacional para o apoio naval britânico (imagem gerada com apoio de inteligência artificial).

Diante dessas causas, não é difícil perceber que o Reino Unido, assim como seus parceiros europeus da OTAN, não possui recursos financeiros suficientes e, muito menos, logísticos, para "socorrer" os EUA. Toda guerra, independentemente de sua natureza, é sustentada

inevitavelmente por recursos financeiros e logísticos. O Reino Unido carece de ambos, evidenciando sua atual insignificância e a decadência acelerada de seu poderio, agravada pela Guerra da Ucrânia.

A Royal Navy tornou-se apenas uma lembrança de tempos passados. Não conseguiu colocar em operação sequer um de seus dois porta-aviões, pois enfrentam graves problemas de navegabilidade. O mesmo ocorre com seus submarinos nucleares táticos, paralisados por questões de manutenção, e com suas fragatas. As únicas que foram enviadas ao Mar Vermelho em 2024 (HMS *Diamond* e HMS *Richmond*), sob o pretexto de "garantir" a navegação, foram atacadas por enxames de drones lançados pelos Houthis (Ansar Allah), enfrentando situações operacionais vexatórias.

Diante desse quadro, é óbvio que nada enviarão ao Estreito de Ormuz, onde o cenário seria muito pior, dada a defesa assimétrica iraniana, dotada de enxames de drones aéreos e navais, campos minados furtivos e uma vasta quantidade de mísseis balísticos e de cruzeiro. Assim, a "ausência britânica" está mais do que explicada.



Figura 6: Mapa das atuais monarquias da região do Golfo Pérsico (Proyecto Viajero).

Essa realidade é categórica e expõe a falência operacional britânica. O Reino Unido mantém apenas uma "marinha de vitrine", cuja precariedade é ocultada com a

conivência da mídia corporativa internacional. Na Royal Navy, falta de tudo: dinheiro, manutenção, tripulações, munições, mísseis e logística. Em suma, a instituição encontra-se em um colapso operacional que não pode ser admitido publicamente.

Assim, os Estados Unidos ficaram sem o apoio de seus aliados europeus da OTAN, sendo obrigados a conduzir a logística e as operações marítimas sozinhos. Esse isolamento internacional no conflito mal pode ser dissimulado e, até o momento, Washington não sabe como sair do beco sem saída em que se meteu, conhecido como Estreito de Ormuz.

CONCLUSÕES

A trajetória do Reino Unido espelha o auge e o ocaso do Império Britânico, especialmente ao longo do século passado e, de forma decisiva, no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

Como vimos, no século XIX, Londres plantou as raízes de muitos dos conflitos que assolariam a região. A desintegração do Império Otomano em 1918 e a criação das atuais monarquias do Golfo apenas agravaram tensões que perduram até hoje, como os conflitos no Iêmen, no Líbano, na Cisjordânia e no próprio Golfo Pérsico.

Diante de sua decadência estrutural após 1945 e da impossibilidade de sustentar suas posições globais, o Reino Unido foi forçado a conceder a independência a seus antigos protetorados. Nesse processo, acabou transferindo esses conflitos para o seu herdeiro hegemônico na área: os Estados Unidos. Washington assumiu o ônus da "segurança" no Golfo Pérsico, com resultados amplamente conhecidos: bases americanas severamente danificadas ou neutralizadas na Jordânia, Kuwait, Arábia Saudita, Catar, leste do Iraque e Bahrein. Em suma, a situação atual é consideravelmente pior do que antes de 28 de fevereiro de 2026.

Dessa forma, a chamada "Relação Especial" entre Washington e Londres atravessa um de seus momentos mais frios e assimétricos das últimas décadas. Sob a ótica de Trump, em especial, o Reino Unido deixou de fornecer o único ativo que justificava seu *status* privilegiado: a capacidade militar real para dividir o fardo estratégico global.

A Guerra da Ucrânia explica grande parte desse suposto mistério. Tanto conservadores quanto trabalhistas em Londres envolveram-se em uma "cruzada", assumindo uma vanguarda retórica obsessiva contra a Rússia. Agem como se ainda possuíssem a base industrial, financeira e os estoques da era da Guerra Fria. Na verdade dos fatos, o Reino Unido dispõe hoje de um Exército dimensionado apenas para pequenas operações de contrainsurgência (COIN), semelhantes às realizadas no Iraque e no Afeganistão, sendo totalmente inadequado para as exigências de um conflito de alta intensidade.

O resultado dessa “cruzada pela Europa” foi uma autoexaustão militar acelerada, evidenciada em três frentes principais:

1. Esvaziamento físico dos arsenais: Londres enviou para Kiev praticamente todo o seu estoque de reserva operacional. Isso deixou o próprio Exército Britânico sem artilharia funcional por meses e desprovido de mísseis de cruzeiro. Em um cenário de conflito de grande escala na Europa, as munições do Reino Unido se esgotariam em menos de uma semana.

2. Obsessão ideológica sem base industrial e financeira: A classe política britânica, assim como a maioria da União Europeia, transformou a Guerra da Ucrânia em uma cruzada existencial para provar que a “Global Britain” ainda era uma potência decisiva. O problema é que a indústria de defesa britânica leva anos para fabricar e repor o que é consumido em dias nas frentes ucranianas. Além disso, o Tesouro britânico está estrangulado pela estagnação econômica e pela dívida pública, não dispondo dos recursos necessários para reindustrializar o país na velocidade exigida. Esse quadro, somado à desindustrialização e ao abandono da construção naval nos estaleiros locais, é uma consequência inexorável das políticas neoliberais iniciadas por Margaret Thatcher nos anos 1980 e que permanecem até hoje. Tudo isso tem um preço, e ele é altíssimo.

3. Desvio total de focos e recursos: Ao comprometer bilhões de libras, instrutores, consultores militares, ativos de inteligência e voos de vigilância no Mar Negro, além de enviar o grosso de sua produção bélica para a Europa Oriental, Londres simplesmente hipotecou sua capacidade de projetar poder militar em qualquer outro teatro de operações do mundo.

No fim, criou-se uma ironia geopolítica brutal: na tentativa desesperada de provar sua relevância liderando o apoio à Ucrânia contra a Rússia, o Reino Unido esvaziou seus próprios arsenais a ponto de não ter mais munições nem fôlego financeiro para acompanhar os Estados Unidos, seu principal aliado, no Golfo Pérsico.

Não apenas o Reino Unido, mas toda a União Europeia assumiu a guerra na Ucrânia como uma cruzada existencial. Isso os deixou igualmente exauridos militar e financeiramente, fazendo com que desenvolvessem prioridades estratégicas radicalmente diferentes das dos Estados Unidos. O resultado foi um tremendo desentendimento estratégico e geopolítico entre os supostos “aliados”.

É provável que estejamos presenciando o começo do fim das linhas traçadas artificialmente pelos Acordos Sykes-Picot. Se essa é realmente a dinâmica em curso, somente o tempo dirá. No entanto, não há dúvida de que o mundo como o conhecemos jamais voltará a ser o mesmo.

BIBLIOGRAFIA

KELLY, J. B. *Britain and The Persian Gulf 1795-1880*. Oxford University Press, 1971.

ONLEY, James: *Britain and The Gulf Shaikdoms, 1820-1971: The Politics of Protection*. Center for International and Regional Studies. Georgetown University, School of Foreign Service in Qatar, 2009. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/110431/cirsoccasionalpaper4jamesonley2009.pdf.

SMITH, Simon C. *Britain's Revival and Fall in the Gulf: Kuwait, Bahrain, Qatar, and the Trucial States, 1950-71*.Routledge Studies in the Modern History of the Middle East, 2013.

BROOKE-HOLLAND, Louisa. *UK Forces in a Middle East 2026*. UK House of Commons Library Research Briefing CBP-8794, 3 de agosto de 2026. Disponível em: https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/CBP-8794/CBP-8794.pdf.

STEIN, Aaron *et al. FPRI Experts React: Understanding the Third Gulf War*. Foreign Policy Research Institute (FPRI), 5 de março de 2026. Disponível em: https://www.fpri.org/article/2026/03/fpri-experts-react-understanding-the-third-gulf-war/.

***Daniel Narciso Beamurguia** nasceu em Buenos Aires em 1965. Formou-se em Direito na Universidade de Buenos Aires em 1988 e dedicou-se ao exercício da advocacia. Desde 1995, vive em Santa Catarina, no Brasil, e exerceu várias atividades no setor de turismo e de empresas de condomínios. Autor dos livros "Franz Halder: o Mito da Wehrmacht" e "O Caminho do Oriente", ambos publicados como e-books na Amazon, é membro e colaborador da Comunidade da Escola do Canal Arte da Guerra, do Canal GRU! Geopolítica em Ação e do Blog Velho General.*